

ESPIRITUALIDADE PORTÁTIL. UM MUNDO A RECONHECER?

JOSÉ ADRIANO DE FREITAS CARVALHO
UNIVERSIDADE DO PORTO - CITCEM
grafacreitascarvalho@gmail.com

RESUMO: Depois de contextualizar a edição e a tradição da leitura de obras de espiritualidade – desde os devocionários até aos tratados de teologia espiritual – em pequenos ou mesmo pequeníssimo formato – o que se concorria para as tornar acessíveis tanto pelo seu custo como pelo seu porte, também delas fazia objectos «perecíveis» –, estudam-se duas obras em pequeníssimo formato e de extrema raridade – a *Paraphrasis do Psalmo Beati immaculati...* (Lisboa, 1630) de Pedro Calvo, O.P., e a *Declaração do Padre Nosso* (Lisboa, 1624) de Martim Afonso de Miranda, um militar *double* de moralista –, procurando integrar esses comentários na sua tradição bibliográfica e devocional.

PALAVRAS-CHAVE: Salmos, «Pai Nosso», Oração, Paráfrase.

ABSTRACT: After contextualizing the edition and the tradition of the reading of spirituality books - from prayer books to treatises of spiritual theology - in small or even tiny format - which competed to make them accessible by their cost and by their size, also making them «perishable» objects –, we study two works in very small format and of extreme rarity - the *Paraphrasis do Psalmo Beati immaculati...* (Lisbon, 1630), by Pedro Calvo, O.P., and the *Declaração do Padre Nosso* (Lisbon, 1624) by Martim Afonso de Miranda, a soldier *double* in moralist - trying to integrate these comments in their bibliographical and devotional tradition.

KEY-WORDS: Psalms, «Our Father», Prayer, Paraphrase.

...e pera que nunca lhe faltace este exercicio em levantar o pensamento vocal, todo, todo, andava [D. Leão de Noronha] rodeado de livros de horaçam no ceio e nas algibeira e em muitas partes do pelote donde tinha seus lugares. E aconteseulhe hum dia que pedindo-lhe hum dia seu filho D. Thomas huns livros prestados, lhe respondeu: Filho, nam me pidais estes livros emprestados, porque sam meus companheiros e tem aqui seus apouzentos, mostrando-lhe o pelote e as partes em que andavam. A rezam era por nam estar fora do exercicio de contemplaçam ou liçam que he meio principal para alevantar e recolher os sentidos, como ensinam todos os santos. Que segredos, que mimos lhe descobria Christo Senhor Nosso a sua alma! Nada dizia, tudo guardava pera si. Eram tantos os livrinhos de devação com as partes de Santo Thomas em tomboos pequenos que naquelle tempo se uzavam e o Mestre das Sentenças que dizem

as pessoas de sua caça que ainda hoje são vivas que tomá-los nas mãos que pezavão hũa grande quantidade de pezo e que lhe parece que mais os trazia por penitencia disfrasada deste pezo...¹.

Aceitemos, porque era muito «douto», que D. Leão fosse capaz de ler e doutrinar-se na *Summa theologiae* de Santo Tomás – se por partes entendermos, como usualmente, a *prima pars* e *secunda pars* dessa obra – e nos *Sententiarum libri IIII* de Pedro Lombardo. Admiremo-nos, contudo, tanto por esse antigo noviço franciscano possuir entre os 5.000 míticos volumes da sua livraria a *Summa* do Aquinense em alguma rara edição de «tomos pequenos» – em geral, até aos fins do século XVI, eram *in folio*² – como por os conseguir meter, alguma vez, pelo menos, nas algibeiras do pelote esses tomos em intricada mistura quer com os *Sententiarum libri IIII* de Pedro Lombardo – destes, sim, existiam edições *in 4º* e *in 8º*³ – quer, se lemos correctamente, com «tantos livrinhos de devoção». Aceitemos e admiremos tudo isto, mesmo que a arrumação fosse difícil ou até fosse diferente da que hoje imaginamos – para resolver as dificuldades estavam os santos e os seus hagiógrafos –, mas lastimemos que não nos tenha deixado qualquer exemplo de um desses «livrinhos de devoção» por que lia D. Leão «para levantar e recolher os sentidos», isto é, para interiorizar a oração ou, como diz o hagiógrafo, «levantar o pensamento vocal». Santo Tomás e o Mestre das Sentenças, por muito que o ilustre senhor de Azambuja os lesse para a sua formação teológica – quem frequentava assiduamente o coro dos dominicanos de S. Domingos de Lisboa bem se podia dar a tais voos –, parece que os traria mais por ascese – o seu peso corresponderia no comentário do biógrafo ao dos ferros que levavam outros santos – e não tanto como textos de lição espiritual nas etapas da oração mental. Estas forneciam-lhas os «livrinhos

¹ BNL – Cod. 4287, *Vida e mercês que Deus fez ao veneravel Dom Leão de Noronha filho de Dom Henrique de Noronha Comendador mor de Santiago e Mordomo-mor de El Rey D. Joam o segundo de Portugal, e bisneto de El Rey D: Henrique o segundo de Castela e de El Rey D. Fernando de Portugal*, fl. 55v-56v. (Atualizamos, alguma vez, a grafia e pontuamos em alguma momento segundo a norma actual e desenvolvemos as abreviaturas). A biografia em causa aparece anónima na cópia que utilizamos e que, segundo cremos, é a única conhecida, tendo sido seu autor Jerónimo de Melo Coutinho, parente, por afinidade, do biografado. A D. Leão de Noronha dedicamos, há anos, alguma atenção em *Vida e mercês que Deus fez ao venerável D. Leão de Noronha: do santo de corte ao santo de família na Época Moderna em Portugal* . «Via Spiritus». Nº 3 (1996), p. 81-161.

² Exemplos dos diversos formatos das edições da *Summa theologiae* de Santo Tomás podem ver-se em *Short-title catalogue of books printed in Italy and italians books printed in other countries from 1465 to 1600 nom in the British Museum*. London: Trustees of the British Museum, 1958, p. 670-671.

³ Exemplos destas edições constam em *Short-title catalogue of books printed in Italy and italians books printed in other countries from 1465 to 1600 nom in the British Museum*. Ed. cit., p. 508-509; Victor Infantes dedicou a sua suma e sempre elegante erudição à divulgação destes formatos, especialmente ao *in 8º* depois de celebrado pela edição de Virgílio por A. Manuzio (1501), *En Octavo*. In *Del Libro áureo*. Madrid: Calambur, 2006, p. 137-145.

de devoção». De qualquer modo, independentemente de qualquer «com-fusão» entre livros e livrinhos e de qualquer superlativação hagiográfica, o que neste momento nos interessa é chamar a atenção para um exemplo de uma prática que o texto hagiográfico nos permite visualizar, prática que, por sua vez, nos justifica a abundante – ou que assim nos parece – literatura de espiritualidade, sobretudo de carácter devocional, em pequenos e pequeníssimos formatos – *in 12º, in 16º, in 24º, in 32º* –, que chegou quase aos nossos dias antecipando, de certo modo, o «livro de bolso», cómodas edições que verdadeiramente quase ninguém traz hoje no bolso. Seria de alto interesse, mesmo que o resultado imediato fosse um tanto discutível, tentar quantificar essa «abundância» – e a sua possível evolução ao longo dos séculos XVI a XIX – descrevendo-a nos respectivos formatos. E, sempre que igualmente possível – porque não? – os preços de venda que, em atrevimento de *sutor* aventamos, poderiam ser correlativos... Barbosa Machado que, como quase todos os oficiais do mesmo officio «bibliotecário», teve o cuidado de procurar não esquecer a indicação dos formatos das edições que registava para cada autor e obra, poderia fornecer uma primeira e bem-vinda informação global, globalidade que poderia atenuar, à hora das contas, oscilações e despistes nos seus critérios classificatórios. De qualquer modo, uma contagem rápida e seguramente muito incompleta sugeriu que os livrinhos *in 16º* e *in 24º* vão em aumento a partir de 1670 e que os *in 32º* só parecem surgir verdadeiramente nos começos do século XVIII. Em tais formatos publicava-se de tudo – tratados de espiritualidade, manuais de orações e devoções (com particular relevo para as novenas), comentários de salmos, obras de passatempo, de filosofia política... –, como poderão comprovar alguns exemplos que agrupamos por formatos e ordenamos cronologicamente⁴: Santo Inácio de Loyola, *Exercitia spiritualia* (Coimbra: João Barreira, 1554) *in 24º*; S. Pedro de Alcântara, OFM., *Tratado de la oracion e meditacion* juntamente com *Un tratado de los tres votos de la Religion* de Fr. Jerónimo Savonarola (Lisboa: J. Blavio, s. d. = 1557-1558?⁵) *in 24º*; Fr. Luis de Granada, OP., *Vita Christi en el qual se contienen los principales passos y misterios de la vida de Christo...* (Lisboa: J. Blavio, 1561) *in 24º*; *Jácome Carvalho do Canto, *Horas da cruz de Christo. Arte e aparelho santo para bem morrer* (Lisboa: P. Craesbeeck, 1613) *in 24º*; *Fr. António Freire, ESA., *Manual dos Evangelhos em versão paraphrastica e*

⁴ Seguimos as informações de D. Barbosa Machado para o formato editorial de cada obra; em alguns casos assinalados com * recorreremos, porém, a exemplares de uma biblioteca particular, sendo, pois, nossa a definição do seu formato, para o que tivemos presente as noções de PEIXOTO, Jorge – *Técnica bibliográfica. Subsídio para a Bibliografia Portuguesa*. Coimbra: Atlântida, 1961, vol. I, p. 25, 73-75, bem como LAUFER, Roger – *Introduction à la textologie. Vérification, établissement, édition des textes*. Paris: Librairie Larousse, 1972, p. 111-118.

⁵ Esta data é a que aceita SÁNZ VALDIVIESO, Rafael – *Vida y escritos de San Pedro de Alcántara*. Madrid: BAC, 1996, p. 223.

meditaçãoens. I tomo (Lisboa: Vicente Álvarez, 1626) in 16^o; P. António Vaz de Sousa, *Conselheiro celestial para o exercício santo da vida activa e contemplativa...* (Lisboa: J. Rodrigues, 1627) in 16^o; António da Cruz, *Ordem de rezar o rosário de N^a S^a com a Coroa de Christo no fim* (Lisboa: D. Lopes Rosa, 1647), in 24^o – reeditado em 1668 e 1688 –; P. Francisco Fernandes Prata, *Tratado da declaração do credo dos Apóstolos...* (Lisboa: António Álvares, 1648), in 16^o; P. António Lopes Castelo, *Offício de N^a Senhora com as rubricas em portuguez, e outras advertências para com mayor perfeição se rezar* (Lisboa: P. Craesbeeck, 1659) in 24^o; Fr. André dos Reis, OCD., *Epitome de pias, e doutas considerações sobre o Divino Sacramento sacrilegamente roubado* (Lisboa: D. Carneiro, 1671) in 16^o; *Fr. Fradique Espinola, OCis., *Chave do Paraíso com que à hora da morte, por meio dos sacramentos, se abrem as portas do ceo a todo bom, e fiel christão* (Lisboa: A. Pedrozo Galvão, 1697) in 16^o; P. Anastácio Duarte, COrat., *Novena da Senhora da Oliveira* (Lisboa: A. Pedrozo Galvão, 1721) in 16^o; Fr. Manuel de Santo António, ESA., *Subida do Monte Calvário pela sagrada via dos sete passos...* (Lisboa: Of. da Música, 1713) in 24^o; *Manuel Bernardes, COrat., *Pão partido em pequeninos para os pequeninos da casa de Deos. Tratado espiritual...* (Lisboa: 1694), in 16^o; *Martim Afonso de Miranda, *Declaração do Padre Nosso com suas meditações* (Lisboa: P. Craesbeeck, 1624) in 24^o; *Fr. António Freire, ESA., *Thesouro espiritual com seu commento theologico, e duas practicas espiritaues. E hũa breve Exposição do Pater Noster* (Lisboa: Antonio Álvarez, 1624) in 24^o; *Fr. Pedro Calvo, OP., *Paraphrasis do Psalmo Beati immaculati...* (Lisboa: J. Rodrigues, 1638), in 24^o; P. Diogo Arede, SJ., *Exame de consciência, e modo fácil para se fazer confissão geral* (Lisboa: Domingos Carneiro, 1670) in 24^o; Diogo da Costa da Sylveira, *Novena do glorioso patriarcha S. Jozé* (Lisboa: Miguel Manescal, 1711) in 24^o; P. António de Siqueira da Gama, *Novena das almas do Purgatorio* (Lisboa: Paschoal da Silva, 1712, com reedições em 1718 e 1719) in 24^o; Fr. Pedro da Silva, OFM., *Novena da illustre Virgem, e insigne martyr Santa Iria* (Lisboa: A. Pedroso Galvão, 1712), in 24^o; Fr. Tomaz de Cantuária, OFM., *Novena do portento da penitência, o glorioso S. Pedro de Alcântara* (Lisboa: Filippe de Sousa, 1724) in 24^o; Diogo da Costa da Sylveira, *Novena do glorioso S. Sebastião* (Lisboa: Off. Real Deslandesiana, s. a) in 24^o; *P. Manuel dos Anjos, SJ., *Coroa dos doze principaes privilégios da Santissima Virgem simbolizados nas doze estrelas de que appareço coroada no Ceo...* (Coimbra: Real Colegio das Artes, 1735) in 24^o; **Compendio das obrigaçoens da venerável ordem terceira de S. Francisco... para que melhor saibão o que devem observar e serem verdadeiros filhos*

⁶ Não pudemos verificá-lo, mas deverá ser a tradução ou adaptação da difundidíssima obra do P. Pedro CALATAYUD – *Corona de doce estrellas, de doce elogios y deprecaciones a la Santissima Virgen, para celebrar sus festividades y conseguir su patrocinio*. Murcia, 1734, que assinala BUIGUES, Jean-Marc – *Las lecturas más comunes de los españoles en el siglo XVIII*. «Bulletin Hispanique». Vol. 100, n^o 2 (1998), p. 515-530 (523).

de N. Padre, sl.: s.ed., s.a. (Licenças de 1736/ 1737) in 24^o; P. António Esteves, *Método practico para que todas as almas saibão exercitar-se na oração mental* (Lisboa: A. Pedrozo Galvão, 1731) in 32^o; Fr. Faustino da Graça, ESA., *Espelho devoto de orações para todo o dia: no fim se buscará o áureo numero, a Epacta, letra dominical e as festas moveis de cada anno* (Lisboa: A. Pedrozo Galvão, 1734) in 32^o; *Fr. Manuel de Deos, OFM., *Luz e methodo facil para todos os que quizerem ter o importante exercicio da oração mental...* (Lisboa: Of. de Domingos Gonçalves, 1781) in 32^o; **Officium defunctorum* (Conimbricæ, 1744) in 32^o; **Milagre que fez Nosso Senbor Jesu Christo* [a huma mulher que vivia nas montanhas], (s. l.: s. i, s. a.⁷) in 32^o; *Manoel Borges de Figueiredo, *Novena das almas do Purgatorio... tirada do Livro que se intitula Gritos das almas do Purgatorio, como no fim deste livrinho se verá* (Lisboa: Of. de Pedro Ferreira, 1725) in 32^o ... Lembremos ainda dois exemplos de literatura profana de diferente âmbito: Fernando Alvía de Castro, *Aphorismos y exemplos políticos y militares sacados de la Primera Decada de Juan de Barros* (Lisboa: P. Craesbeeck, 1621) in 16^o; Francisco Lopes, *Passatempo honesto de advinhaçoens em verso, declaraçoens delle em prosa. Primeira parte* (Lisboa: P. Craesbeeck, 1603, com reedição em 1658) in 24^o; Id., *Segunda parte* (Lisboa: H. Valente de Oliveira, 1659, com reedição em 1677) in 24^o...

Um primeiro comentário, tendo por horizonte o texto sobre D. Leão de Noronha, talvez deverá assinalar quanto esta literatura espiritual, de carácter devocional sobretudo, era difundida em pequenos formatos que a transformavam em textos tão íntimos como fáceis de transportar e, logo, de desfrutar sempre que e onde se quisesse⁸. Tal acessibilidade talvez pudesse mesmo – em alguns casos? em muitos casos? – indiciar uma leitura mais frequente e mais atenta... Apesar de que, dado seu pequeno tamanho e pequeno número de páginas, nem todos seriam considerados livros à hora de possíveis inventários⁹, em tais formatos se difundiam em maiores tiragens e, ao parecer, mais económicas¹⁰ algumas de «las lecturas más comunes» – devoções incluídas – de espanhóis e portugueses no século XVIII¹¹. Eram, pois, textos de leitura pessoal e «companheiros» que se

⁷ O papel e o tipo de impressão parecem indicar tratar-se de uma edição popular dos fins do século XVIII.

⁸ Para alguns dos aspectos aludidos, v. INFANTES, Victor – *En Octavo*. In *Del libro áureo*. Ed. cit., p. 138-139, especialmente.

⁹ INFANTES, Victor – *Las ausencias del libro en los inventarios*. In *Del libro áureo*. Ed. cit., p. 173-188.

¹⁰ BUIGUES, Jean-Marc – *Las lecturas más comunes de los españoles en el siglo XVIII*. «Bulletin Hispanique». Vol. 100, nº 2 (1998), p. 523, se pensa que «el precio de las novenas no llega en muchos casos al médio real», também acentua a dificuldade de calcular o preço dos livros dos inventários que estuda (p. 518-519).

¹¹ BUIGUES, Jean-Marc – *Las lecturas más comunes de los españoles en el siglo XVIII*. «Bulletin Hispanique». Vol. 100, nº 2 (1998), p.523, 524; INFANTES, Victor – *Los impresos de una sola hoja en los tiempos áureos*. In *El libro áureo*. Ed. cit., p. 133-134, oferece perspectivas complementares (e antecedentes) para a difusão da literatura de espiritualidade em pequenos formatos.

levavam «no seio»¹² e ou «nas algibeiras», modo de indicar a personalização do transporte – acompanhavam o seu leitor – e a intimidade da companhia. Daí a relutância de D. Leão em os emprestar, já que, como diz ao negá-lo a seu filho, era tirá-los dos seus «apouzentos» próprios, quer dizer, quebrar a intimidade desse convívio. Por outro lado, parecem sugerir como, desde os meados do século XVI, quer o latim quer o vulgar – neste caso, o português e o castelhano – servem os propósitos divulgativos desses formatos editoriais, embora, compreensivelmente, as duas línguas vulgares mencionadas tenham uma presença quase exclusiva com o rodar dos anos. E se passarmos as condenações dos *Índices* inquisitoriais (1561... 1564..., 1581) de velhas orações como, por exemplo, a *Oração da empardeada*¹³ ou a *Oração de Santa Marina* e dos «*Livros de horas*» (muitos com erros e superstições), não se dirá – a menos que ainda desconhecidos manuscritos venham a revelar essa «censura literária» de carácter devocional preventiva como a que têm revelado investigações italianas¹⁴ – que, para além do texto bíblico propriamente dito e da literatura sobre ou para a oração mental, tenha havido, nos fins de Quinhentos ou ainda nas primeiras décadas de Seiscentos, impedimentos mais ou menos sistemáticos à publicação em vulgar e leitura de comentários e glosas – de carácter menos erudito ou aparentemente menos erudito – de orações – *Pater noster*, ladainhas e novenas, por exemplo¹⁵ –, de textos de conteúdo bíblico – *Vita Christi*, também por exemplo – ou de alguns salmos. Exemplos confirmativos poderiam encontrar-se em edições em formatos um pouco maiores de textos de conteúdo bíblico – *Cursus de passione Christi* (Lisboa: J. Alvarez, 1563) in 12^o do Pseudo-S. Boaventura¹⁶ – e até de outros destinados, de certo modo, à prática da oração mental – as anónimas *Meditações sobre a oração do Pater noster* (Évora, A. de

¹² FRAGNITO, Gigliola – *La Bibbia al rogo. La censura ecclesiastica e i volgarizzamenti della Scrittura (1471-1605)*. Bologna: Il Mulino, 1997, p. 71-72, chamou igualmente a atenção para estes formatos maneáveis de «portare “in seno”».

¹³ Desta oração, com base no exemplar da chamada «Biblioteca de Barcarrota», de uma edição (fac-símile e transcrição) com um «Estudio preliminar» de GARCÍA DE ENTERRÍA, María Cruz; CARRASCO GONZÁLEZ, Juan M.. Badajoz: Junta de Extremadura / Consejería de Cultura y Patrimonio, 1996; o mesmo editor estudou de novo a referida oração em *A oração da Emparedada na Biblioteca de Barcarrota*. «Veredas», 4 (2001), p. 173-181; ASKINS, Arthur L.-F. – *Notes on Three Prayers in Late 15th Century Portuguese (the Oração da Empardeada, the Oração de S. Leão, Papa, and the Justo juiz): Text history and Inquisitorial Interdictions*. «Península», 4 (2007), p. 235-266, estuda a tradição editorial das referidas orações e oferece uma renovada edição da *Oração da Empardeada* segundo a lição de um *Livro de Horas de Nossa senhora*. Paris, 1500.

¹⁴ FRAGNITO, Gigliola – *La Bibbia al rogo. La censura ecclesiastica e i volgarizzamenti della Scrittura (1471-1605)*. Ed. cit., p. 326; CARAVALE, Giorgio – *L'Orazione proibita. Censura ecclesiastica e la letteratura devozionale nella prima età moderna*. Firenze: Leo S. Olschki Editore, 2003, p. 78-84 et *passim*.

¹⁵ CARAVALE, Giorgio – *L'Orazione proibita. Censura ecclesiastica e la letteratura devozionale nella prima età moderna*. Ed. cit., p. 1-22; 130-131.

¹⁶ ANSELMO, António Joaquim – *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1926, n^o 93.

Burgos?, 1557) in 8^o17, por exemplo. Um vasto campo que os estudos sobre a censura inquisitorial ainda terão que abordar com a sistematicidade possível¹⁸, tendo em conta petições de permissão de leitura, escrúpulos e dúvidas de peticionários e inquisidores, licenças e negativas de leitura¹⁹ e até em que tipo de autores se verificou, proporcionalmente, maior incidência (Religiosos? Clero secular? Leigos?)²⁰.

Dentre os apontados, tentaremos assinalar as virtudes e limitações de dois desses exemplos – Fr. Pedro Calvo, OP, *Paraphrasis do Psalmo Beati immaculati*, Lisboa: J. Rodrigues, 1638 e Martim Afonso de Miranda, *Declaração do Padre Nosso com suas meditações*. Lisboa: P. Craesbeeck, 1624 – que são hoje dois «livrinhos» raros, quer dizer, raramente ou nunca existentes em bibliotecas ou nomeados em catálogos e inventários bibliográficos, cujo «insignificante» formato, pese a possíveis tiragens relativamente altas, os destinava à perda ou à desqualificação.

O primeiro, existente na Biblioteca Nacional de Lisboa (Res. 6042 P)²¹ e na biblioteca particular onde o consultamos, não deve ter sido visto por Barbosa Machado, quem, com erro de data respeitante à edição, o atribui a Fr. Filipe das Chagas, OP, o autor, sob o seu nome no século (Filipe Nunes) de uma *Arte Poética, e da Pintura e Symetria, com alguns princípios da Perspectiva*²². Este, que é não só autor de *Hum modo breve de ter oração mental, e meditações da Paixão, repartidas pellos dias da semana* que encerra a edição da *Paraphrasis* de Fr. Pedro Calvo, mas também o curador da edição dessa obracinha do seu confrade, fornece ainda no «Prólogo» a data da sua morte – 11.8.1635 – e a sua idade nesse momento – 84 anos – que nos permite deduzir que nasceu em 1551, confirmando-se o que ele mesmo permitia saber ao dizer «Aos pios e devotos lectores» da «Parte I» das suas *Homilias da Quaresma* (Lisboa: Pedro

¹⁷ *Livros impressos no século XVI existentes na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, I, Tipografia Portuguesa*. [s.l.]: [s.e.], 1962, n.º 690.

¹⁸ Cabe esperar que em próxima reedição da sua renovadora *História da Inquisição Portuguesa*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2013, Giuseppe Marcocci e José Pedro Paiva possam atender, mesmo que a título de simples exemplos, a este campo da censura inquisitorial.

¹⁹ Baião, António – *A censura literária inquisitorial*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1919, p. 59-60, 74, apresenta alguns exemplos do campo que acabamos de definir sendo de destacar a licença, pedida, em 1630, pelo Pe. Superior do convento de Tomar, para se poder ler no refeitório «o livro chamado Vita Christi em linguagem, por ter na mesma linguagem traduzida grande parte da Escriptura», licença que lhe foi concedida por D. Francisco de Castro, bispo da Guarda e nesse mesmo ano Inquisidor Geral.

²⁰ Dos exemplos acima apontados, além dos anónimos, a larga maioria dos autores são religiosos ou membros do clero secular, mas encontramos um cirurgião, um jurista, dois capitães como autores de novenas ou comentários de orações.

²¹ AROUSA, João F. Gushão C. – *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVII – Letras A – C*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2001, p. 318 (Por gralha dá-se 1618 por 1638 como data da publicação).

²² MACHADO, Diogo Barbosa – *Bibliotheca lusitana*. Lisboa: Offic. de Ignacio Rodrigues, 1747, tomo II (aliás, Coimbra: Atlântida Editora, 1966), p. 69 (Dá-se, certamente por gralha, 1633 por 1638, como data da edição).

Craesbeeck, 1627) que nesta data tinha 76 anos. São dados que o Abade de Sever não alcançou, tal como Inocêncio que, repetindo exactamente o que vem na *Bibliotheca Lusitana*²³, veio a ser completado por Brito Aranha quanto à data do nascimento²⁴. Por sua vez, os grandes catálogos das livrarias de Azevedo – Samodães, Ameal, Ávila Peres, Ernesto de Vilhena, por exemplo, também não o registam. Regista-se, sim, na biblioteca de J. M. Nepomuceno²⁵, exemplar que, a julgar pela diferença das encadernações, não deverá ser o exemplar que manejamos, sendo que este pertenceu, como se vê pelo *ex-libris* que ostenta, à livraria de Miguel de Faria²⁶.

O dominicano Fr. Pedro Calvo, que é ainda o autor da *Defensam das lágrimas dos justos perseguidos* (Lisboa: Pedro Craesbeeck, 1618) e da *Defensam das sagradas religiões, fructo das lágrimas de Christo* (Lisboa: Antonio Alvarez, 1618)²⁷, obra esta última de directa controvérsia e apologética em defesa da vida religiosa – monástica e conventual²⁸ –, com o seu «livrinho» oferece um dos

²³ SILVA, Inocêncio F. da – *Diccionario bibliographico portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859, vol. II, p. 304.

²⁴ SILVA, Inocêncio F. da – *Diccionario bibliographico portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1894, vol. XVII, p. 195.

²⁵ TRINDADE, Luís – *Catalogo da livraria do falecido distincto bibliographo e bibliophilo José Maria Nepomuceno*. Lisboa: Empresa Editora de Francisco Arthur da Silva, 1897, nº 357 (p. 43).

²⁶ Para todas estas questões, permitimo-nos remeter para uma nota nossa: *Fr. Pedro Calvo: a importância da Paraphrasis do psalmo Beati immaculati in via 118. «Via Spiritus»*. Nº 7 (2000), p. 227-230.

²⁷ As duas obras, com as todas as aprovações e licenças em comum, apareceram, logicamente, reunidas num único volume como primeira e segunda parte com paginação própria de uma obra cujo título é a aposição do de cada uma delas, e com uma única dedicatória a D. Diego da Silva, marquês de Alenquer, então Vice-rei de Portugal. É um pouco estranho que, tendo sido aprovada por Fr. Ignacio Galvão, OP., a sua publicação em 24.10.1617 e as outras aprovações da ordem, da Inquisição e do paço datem de Fevereiro / Março de 1618, o texto que se supunha acabado para aprovação em 1617, insira referências várias a 1618.

²⁸ As duas partes, estruturadas, quanto à sua matéria, como duas teses, acabam por remeter uma para a outra, pois, para o autor, os «justos» tanto são os que sofrem perseguição individual como os que a sofrem integrados numa – ou por pertencerem a uma – ordem religiosa, o que confere à obra uma unidade que aparentemente dir-se-ia não existir. Ambas as partes, segundo Pedro Calvo, brotaram da consideração de factos passados («nesta nossa idade») que o autor aponta na primeira, «hum justo com algũs envejosos» foi caluniado e «hum homem nobre», «magoado desta calunnia», «pedio [ao autor] quisesse mostrar ao mundo neste tratado, como as lágrymas derramadas na perseguição não diminuum o merecimento»; na segunda, «Nesta nossa idade de 1617 soou por nossas orelhas hum tom ou destom de hũa voz [...] nacida, se lhe avemos de crer, não de ódio que murmura, mas de charidade que chora a caída grande das sagradas religiões, que deram tal baixa (diz esta voz) e estão tam longe de sua primeyra instituiçam, que posto que nella aja ainda algũs varões verdadeiramente religiosos, e pios, todavia afirma serem muy poucos que a mayor parte por viverem esquecidos de sua salvaçam, e professam se pode temer que se percão». Fr. Pedro não dá qualquer pista para identificar essa «voz» – que, segundo diz, é católica – cujo zelo a teria levado à crítica do estado das ordens religiosas, coincidindo assim, até certo ponto, com os cristãos reformados. D. Barbosa Machado (*Bibliotheca lusitana*. Ed. cit., tomo III, p. 566), porém, diz que «a obra foi composta contra o livro intitulado *La misère des temps* em que se vituperavam os Religiosos Mendicantes», notícia que, incompleta, colheu, sem o dizer directamente, em QUÉTIF, J.; ECHARD, J. - *Scriptores ordeinis predicatorum*. Lutetiae Parisiorum: apud J-B-Chr. Ballard et N. Simart, 1721, p. 441-442 (*sub nomine Petrus Calvus*) onde se indica que *La misère des temps* foi publicada em Paris, 1618, o que dá um ano mais à data que refere o P. Calvo (1617). Confessamos que até hoje não soubemos identificar a obra referida, chegando a pôr a hipótese, por absurda que fosse, de se tratar de uma falsa identificação, dada a semelhança do título e até do parecido da disposição de alguma página, com o *Dis-*

raríssimos comentários da referido salmo *Beati immaculati...*, sendo que apenas conhecemos outro da autoria do franciscano Fr. Faustino da Madre de Deus, *Primeira parte do Florilegio Espiritual, colhido da doutrina dos Santos Padres, e de outros Doutores, e mestres do espírito applicado à perfeição da vida religiosa sobre o Psalmo Beati immaculati in via, etc., segundo a exposição do Doutor Seráfico Boaventura sobre o mesmo psalmo* (Coimbra: Manuel Dias, Impressor da Universidade, 1656).

Publicada, como dissemos, em 1638, a *Paraphrasis...* estava já acabada em 1624, como se vê pela declaração de submissão do autor «à censura da Santa Madre Igreja Romana, e à sua santa Inquisição», datada desse ano, vindo dedicado «Ao devoto leitor» que quer ser por Deus ensinado e instruído na Sua lei, tornando-se «com ella docto, não tanto na sabedoria que consiste na especulação do entendimento, quanto na practica da theologia da alma, com a qual às vezes os inductos humildes alcanção mais dos mysterios divinos, que os sabios inchados...». Este destinatário tipo vem logo mais bem definido na

cours des misères de ce temps (1562/1563) de Pierre de Ronsard, de múltiplas edições no século XVII, sendo mesmo uma exactamente de 1617 (Paris: Macé). Entretanto, podemos verificar que o autor da *Quinta parte da historia de Santo Domingo y de su orden de predicadores* (Valladolid: Juan de la Rueda, 1622), o bispo de Monopoli, Fr. Juan López, OP., referido com precisão quer por Quéatif-Echard quer por Barbosa Machado, ao discorrer longamente (III, caps LXII e LXIII) sobre Fr. Pedro Calvo e o tema oferecido pela sua *Defensam das lágrimas dos justos...*, permite, ainda que em páginas de aberta polémica e de dissimuladas dúvidas e ironias sobre a possível heresia de um autor que se diz católico – páginas que fazem eco às do P. Calvo –, pensar que a obra visada pelo dominicano português, e obviamente também por ele, é o *De gemitu columbae sive de bono lacrymarum libri tres...*, obra citada abreviadamente (*De gemitu columbae*), sem referência ao seu autor, pelo bispo dominicano espanhol (III, Cap. LXII, p. 416), no preciso contexto das suas referências a Fr. Pedro Calvo. Ora, tanta polémica e dissimulo de razões, acusações e silêncio sobre o nome do autor poderão explicar-se por o *De gemitu columbae* – obra editada em 1617, como indica o autor da *Defensam das lágrimas dos justos*, e, nesse mesmo ano, com 7 edições, pelo menos, do original latino (Paris: Lauret Sonnius, Lyon; M. Cardon, Tulli; S. San-Martellum, Roma; B. Zanetti, Milão: ap. Haer. P. Pntij, Antuérpia: Off. Plantiniana) e 2 traduções: francês (Paris: L. Sonnius) e italiano (Roma: B. Zanetti) – tratar, segundo Fr. Juan López, «del miserable estado en que se halla la Iglesia», palpável na decadência das ordens religiosas... Daí que o seu título pudesse ser, como poderá insinuar a leitura de Fr. Juan López e parecem aceitar os que o seguiram, «la miseria de los tiempos»... falso título em espanhol que Quéatif e Échard deverão ter traduzido em francês..., a menos, e convirá verificá-lo, que derive ou de interpretação sua da tradução francesa ou da sua vontade de dissimular a velha polémica, pois, como bem se sabe, o autor do *De gemitu columbae* é, nem mais nem menos, o jesuíta cardeal Roberto Bellarmino... Este, depois do exame (*consideratio*) do estado decadente da ordem sacerdotal como quinta fonte das lágrimas, se ocupa *De sexto fonte lacrymarum, qui est consideratio ordinum religiosorum*, exame pouco abonatório que retoma na terceira parte para propor as linhas de reforma das ordens religiosas (*De sexto fructu lacrymarum, qui est reformatio regularium*), capítulos reformistas que foram especialmente – e exageradamente, em nosso entender – visados por Fr. Pedro Calvo. Se for correcta, a nossa hipótese permite compreender as falsas cautelas e ironias de Fr. Pedro Calvo – e do bispo Fr. Juan López – e situar a sua obra no contexto das polémicas inter-ordens religiosas que ressoaram, por vezes com estrondo, nos fins de Quinhentos e ao longo da primeira metade de Seiscentos. Agradeço vivamente ao Dr. Marco Paulo de Oliveira Marques o ter-me chamado a atenção para a notícia de *Scriptores ordinis praedicatorum* e da obra de Fr. Juan López e a precisa pesquisa que para isso desenvolveu e que me permitirá voltar a um assunto que levo pendente desde 1982 quando patentei a minha ignorância numas páginas que dediquei ao livro de Fr. Pedro Calvo (*O portuense Fr. Pedro Calvo, O.P., e a polémica sobre as ordens religiosas nos começos do século XVII*. «Revista de História». Vol. III (1982), p. 5-18).

«Introduçam» à paráfrase que, empreendida «por impulso divino»²⁹, se organizou numa obra composta a pedido de «pessoas devotas e nobres», destinada principalmente «pera os que não sabem latim» – os «indoctos» –, de modo a que tenham «algũa noticia do sentido delle, e o rezarem no officio divino com maior devação, levando a [tenção?]»³⁰ não só na letra, mas nos mysterios que nella se encerrão...». Por isso, nessa mesma «Introduçam», o autor aborda o «particular, e admirável artificio» com que David o compôs, isto é, «por a ordem, e numero das letras do alphabeto hebraico», o que vem a perfazer «vinte e duas octavas, e 176 versos», o que faz deste salmo «o mais comprido que todos», embora «no uso da reza das horas canónicas [esteja] dividido em onze, para sem moléstia se poder cantar, ou rezar cada dia todo». A estes avisos sobre a estrutura do texto, junta Fr. Pedro a explicação dos múltiplos nomes – «diversos nomes, e muitos, e muy honrados» – que nele o Profeta-rei, «porque de todo seu coração [a] amava» «e de dia e de noite meditava nella», dá «à ley de Deos»: «Ley porque nos governa; mandamentos por ter em si os preceptos que Deos nos pos...; caminho por ser guia, e estrada por onde avemos de caminhar para a pátria bem aventurada...», por exemplo... Em todos e cada um dos seus 176 versos, resume o P. Calvo, se louva a lei de Deus...

Por último, uma advertência do próprio autor sobre a aparente falta de erudição da sua paráfrase e respectivo comentário: «assi como aos doctos será fácil conhecer os lugares da divina Escripura, e doctrinas dos sanctos Padres nesta explicação incluídas, assi aos que não são nellas versados por ventura parecerá menos ornada, por claramente não alegar os lugares das divinas letras, e sentenças dos Doctores sagrados». É uma aparente e ponderada falta de «ornato», já que lhe pareceu «mais acomodado à gente pia compor esta paraphrasis em modo de colloquio espiritual de David com Deos, occultando as alegações das sentenças de que vai tecida por não cortar o fio delle, e com este estilo excitar mais a devação...». Efectivamente, não há notas nem chamadas laterais que, para além de «confundir» a autoridade do texto psalmódico e a da sua paráfrase, teriam exigido, dadas as pequeníssimas dimensões do livro, difíceis e provavelmente inestéticas soluções tipográficas. A título de meros exemplos lembremos que, por vezes, na *Paraphrasis* salta-nos um fugitivo eco paulino – «Se vos tiver, meu Deos, por mim, quem contra mim?»³¹, que é o *Si Deus pro nobis, quis contra nos?*, que leu em S. Paulo (*Ad Rom.*, 8, 31) –, outras, nela

²⁹ CALVO, Fr. Pedro – *Paraphrasis* [...]. Ed. cit., p. 1v: «...movido por o divino impulso, determinei, em algum modo, declarar este Psalmo e mostrar aos homens os inefáveis thesouros, e innumeráveis riquezas, que vós me revelastes estarem incluídas na vossa lei...». (Nesta como noutras citações do texto corrigimos alguns erros de tipografia, e acentuamos de acordo com a norma actual).

³⁰ Trata-se de uma proposta de leitura nossa, pois a palavra está quase ilegível.

³¹ CALVO, Fr. Pedro – *Paraphrasis* [...]. Ed. cit., p. 51r-51v.

ressoa algum versículo de outro salmo – «Se tomar as azas da manham, e para fugir de vós avoar com ellas do Oriente ao Occidente ali me prendera a vossa mão direita, e o braço da vossa justiça» - por que traduz livremente do Ps. 138 os v. 9 - 10: *Si sumpsero pennas meas diluculo, et habitavero in extremis maris / enim illic manus tua deducet me. Et tenebit me dextera tua*³². Aliás, invertendo a ordem versicular do mesmo salmo, continua – «Se voar para o Ceo lá estais, se descer ao inferno ahi vos acharei presente» - que traduz mais literalmente o v. 8 do mesmo salmo – *Si ascendero in caelum, tu illic es: si descendero in infernum, ades*. Mas se pergunta: «Como logo fugirei de vós?», que é o que pergunta o salmista nessa ocasião – *et quo a facie tua fugiam?* –, a resposta – «...senão tornando-me para vós?»³³ – não se segue do texto bíblico, antes parecendo um eco de alguma passagem das *Confessiones* de Santo Agostinho, alusão que dir-se-ia preparar outras mais evidentes ao texto agostiniano. Ainda, porém, no domínio bíblico, tendo presente o último versículo do salmo – *Erravit sicut ovis quae periiit...-*, medita, conjugando-as, nas parábolas evangélicas do «Bom pastor» que não descansa até que encontre a ovelha perdida (Mat. 18, 12-14; Luc., 15, 4-7) que, por sua vez, o procurava³⁴, e a do «Filho pródigo» (Luc., 15,11-32) que, tal como a ovelha perdida, regressa à casa de seu pai³⁵. Como eles, também o «eu» que medita – o salmista..., Pedro Calvo..., o leitor actual – pode dizer: «Não tenho remédio se não tornardes, ó meu amor antigo, a buscar de novo este desconhecido servo...»³⁶, em que ecoa, num subtil aproveitamento, o *Sero te amavi, pulchritudo tam antiqua et tam nova, sero te amavi* de Santo Agostinho³⁷. E como conclusão de uma série de parágrafos de matriz agostiniana com que abre a *Paraphrasis*, Fr. Pedro Calvo medita e propõe como meditação: «Portanto, digo, Senhor, que como nos criastes para vós, sempre, e sempre inquieto, miserável, e faminto será nosso coração até descansar em vós»³⁸, em que se glosa o conhecidíssimo *fecisti nos ad te et inquietum est cor nostrum, donec requiescat in te* que, por sua vez, abre as *Confissões*³⁹. Os exemplos alinhados poderão ter deixado transparecer como a *Paraphrasis* resulta, muitas vezes, numa mancha intertextual relativamente fácil de perceber formada por alusões, citações ou simples reminiscências do texto bíblico conjugadas com outras dependentes de

³² A lição latina dos textos biblicos está tomada de *Biblia Sacra Vulgatae Editionis, Sixti V et Clementis VIII Pont. Max. jussu recognita atque edita*. Parisiis: Typis Jacobi Vincent, 1741.

³³ CALVO, Fr. Pedro – *Paraphrasis* [...]. Ed. cit., p. 63v.

³⁴ CALVO, Fr. Pedro – *Paraphrasis* [...]. Ed. cit., p. 74v-75r.

³⁵ CALVO, Fr. Pedro – *Paraphrasis* [...]. Ed. cit., p. 66r- 67v.

³⁶ CALVO, Fr. Pedro – *Paraphrasis* [...]. Ed. cit., p. 74r- 74v.

³⁷ AGOSTINHO, Santo – *Las confesiones*. Edición crítica y anotada por VEGA, Angel Custodio, OSA. Madrid: BAC., 1963, 10, 27, 38, p. 410.

³⁸ CALVO, Fr. Pedro – *Paraphrasis* [...]. Ed. cit., p. 4r.

³⁹ AGOSTINHO, Santo – *Las confesiones*, I, 1, 1. Ed. cit., p. 69.

outras leituras, muito especialmente das *Confissões* de Santo Agostinho, cujo texto, por seu turno, é uma apertada malha de citações e reminiscências do livro dos salmos.

Deste modo, o formato editorial, a estrutura coloquial do salmo posta em evidência pela própria paráfrase e o estilo profundamente afectivo com que nele, como explica Fr. Filipe das Chagas no «Prólogo», se «fala com Deos por ser o Psalmo cheo de jaculatórias divinas...», fazem do «livrinho», como propunha o seu autor, um pequeno manual de orações e de oração permanentemente acessível. É este aspecto que tentaremos analisar.

Explorando a sugestão do editor da obra – o próprio Fr. Filipe das Chagas, como sabemos – pode verificar-se que as orações que acabamos de referir são tanto muitos dos inúmeros versículos do salmo parafraseado que, tomados como breves unidades textuais independentes – cada um ou o seu conjunto –, podem dizer-se «jaculatórias», como outras unidades textuais igualmente breves, brotando da própria paráfrase. Entendidas na tradição da oração aspirativa, de carácter afectivo – «suspiros saídos da alma», há-de dizê-las Pedro Calvo –, consagradas, depois dos chamados místicos renanos terem explorado as suas origens agostinianas e pseudo-agostinianas, na *Pharetra divini amoris* (Colónia, 1532) de J. J. Lanspergio, obra largamente difundida ao longo dos séculos XVI e XVII⁴⁰, as jaculatórias eram tidas por um dos modos de oração mais eficazes para «andar na presença de Deus» e, logo, tidos em alta conta para favorecer o recolhimento e a união com Deus⁴¹. Fr. Pedro Calvo, sem chegar a explorar o género com a minúcia dos que formulavam jaculatórias para todos os momentos do dia, di-lo logo no começo da *Paraphrasis*: «Ó quam alegre será minha alma neste ponto se chegar a ver ser minha vida a vossa ley em tudo, e por tudo conforme, que quem com ella se conforma, em vós se transforma»⁴². É este conformar-transformar – banal, mas nem por isso menos subtil eco platonizante – em que se manifesta e se conclui essa «busca» que é a presença de Deus, pode revestir-se de formas de louvor confiante em Deus – «Com vosco, minha fortaleza, que não poderei?»⁴³ –, de desconfiança em si próprio – «Se me largardes certa está minha ruína, se me lançardes de vós, e me entregardes a mim, que más pezares fareis de mim?, pois sou o maior inimigo que tenho...»⁴⁴ –, de desejo e saudade de Deus – «Psalms, e versos não era outra cousa senão vossos

⁴⁰ Demos algumas indicações sobre esta difusão da obra do cartuxo de Colónia em *Gertrudes de Helfta e Espanha. Contribuição para o estudo da história da espiritualidade peninsular nos séculos XVI e XVII*. Porto: Centro de Literatura da Universidade do Porto, 1981, p. 122-124.

⁴¹ ANDRÉS MARTÍN, Melquíades – *Los recogidos. Nueva visión de la mística española*. Madrid: Fundación Universitaria Española, 1976, p. 64-65, 68, 254, 485, *et passim*.

⁴² CALVO, Fr. Pedro – *Paraphrasis* [...]. Ed. cit., p. 8r.

⁴³ CALVO, Fr. Pedro – *Paraphrasis* [...]. Ed. cit., p. 8v.

⁴⁴ CALVO, Fr. Pedro – *Paraphrasis* [...]. Ed. cit., p. 8v.

preceptos, e só esse alívio tinha em minha penosa ausência dispor para vós suspiros saídos da alma compondo e cantando amorosos versos em vosso louvor»⁴⁵ –, de desejo de união da alma com Deus e do dia do Juízo – «Quantos são os dias de vosso servo? Restão ainda muitos desta penosa vida? Quão compridos nos fazem os trabalhos que padeço? Quem me vira já o que tanto desejo? Quando fareis, Senhor, juízo dos que me perseguem?»⁴⁶ –, de confiança na imutabilidade da lei de Deus – «Para sempre, Senhor, permanece nos Céus vossa palavra, não há nelles desobediência como nos homens, guardão o ponto em seus cursos, e movimentos à ley que lhes pusestes, izentos de alterações, nem mudanças»⁴⁷ –, de culpa e arrependimento – «Não quero dar-vos desculpas da minha culpa...»⁴⁸ –, de urgência da misericórdia de Deus – «Vinde, vinde, outra vez, ó luz da minha alma, tornai a buscar o vosso servo, que se vos não tornardes, ay desta perdida ovelha!»⁴⁹ –, etc.

Naturalmente, os «suspiros da alma» não condicionam a meditação que a lição parafrástica, por vezes longa, do salmo fornece. Aqui não nos interessa estudar a técnica de parafrase de Fr. Pedro Calvo, mas, sim, chamar a atenção, igualmente por meio de alguns exemplos, para certos aspectos dessa lição.

Como acontece, segundo já sugerimos a propósito das jaculatórias, alguma vez a parafrase, explorando uma dupla dimensão autoral do texto – salmista (David) e Fr. Pedro Calvo –, permite que o leitor-meditante venha a poder também «considerar» como suas, isto é, brotando do seu «eu», algumas reflexões «autobiográficas» que lhe permitem meditar na felicidade presente em função dos benefícios recebidos até esse dia. Se o salmista dizia *Et ambulabam in latitudine: quia mandata tua exquisivi* (v. 45), Fr. Pedro, dando corpo ao subentendido em *ambulabam in latitudine*, diz:

*Atégora, Senhor, vos pedi mercês, e para mais vos obrigar a mas fazerdes, quero-vos referir algũas que de vós já recebi, porque o agradecimento de benefícios recebidos, he grande meio para de vós alcançar outros de novo. Primeiramente, alcancei de vós hũa vida alegre, e hũa alma desabafada, com a qual andava, e vivia no caminho largo e espaçoso, onde se me não apertava, mas dilatava o coração, nem me via em aperto e perplexidades, em que tantas vezes se vem os servidores do mundo, e tudo isto me veo, porque amei e com muito cuidado inquiri vossos mandamentos*⁵⁰.

⁴⁵ CALVO, Fr. Pedro – *Paraphrasis* [...]. Ed. cit., p. 25v.

⁴⁶ CALVO, Fr. Pedro – *Paraphrasis* [...]. Ed. cit., p. 38r.

⁴⁷ CALVO, Fr. Pedro – *Paraphrasis* [...]. Ed. cit., p. 39v.

⁴⁸ CALVO, Fr. Pedro – *Paraphrasis* [...]. Ed. cit., p. 74v.

⁴⁹ CALVO, Fr. Pedro – *Paraphrasis* [...]. Ed. cit., p. 74v.

⁵⁰ CALVO, Fr. Pedro – *Paraphrasis* [...]. Ed. cit., p. 22r-22v.

Se nas palavras que dirigiu «Ao devoto lector» advertia, na sequência de «outro lugar» de David, que «bemaventurado o homem quem vós, Senhor, ensinardes, e instruírdes na vossa ley, tornando-o com ella docto, não tanto na sabedoria que consiste na especulação do entendimento, quanto na prática theologia da alma, com a qual às vezes os indoctos humildes alcanção mais dos mystérios divinos, que os sábios inchados»⁵¹, ao discorrer pelo v. 66 – *Bonitatem, et disciplinam, et scientiam doce me, quia mandatis tuis credidi* – do salmo, insiste explicitamente nesse tradicional anti-intelectualismo que oscila entre o saber e o sabor:

*Tanta he a depravação da natureza humana que a vontade levada de seu corrupto appetite abraça o mal por bem, e o entendimento sego de sua paixão aprova e julga por verdadeiro o falso. Por tanto, Senhor, dai-me sentir, gostar, e julgar das cousas como são. Dai à vontade bondade com a qual rectificada só alcance o verdadeiro bem. Dai ao entendimento sciencia com a qual illustrado não erre no luizo, e estimação dos bens terrenos, e tenha eu tão puro gosto, que tudo me saiba ao que hé, dai-me experimentar o que me deste a crei*⁵².

E a mesma lição, de certo modo, perpassa na *Paraphrasis* ao «comentar» o v. 73 – *Manus tuae fecerunt me, et plasmaverunt me: da mihi intellectum et discam mandata tua* –, mas agora como consequência da nobreza do homem, já que, de todo o universo, foi ele o único ser moldado directamente por Deus. Na sequência de David, Fr. Pedro Calvo, apelando a Moisés – e não a Moisés e *Timeo*, como fazia G. Pico della Mirandola na abertura do seu *De hominis dignitatis* –, perfila o homem como trabalho directo das mãos de Deus e, logo, como matriz da sua nobreza – «Quizestes, Senhor, ennobrecer o homem tantas quantas vezes tocáveis, e figuráveis aquelle barro» –, entendamos, *more humanistico*, a sua «dignidade», o que, enquanto seu parafraseador, lhe permite pedir, como o salmista e o futuro leitor: «Dai-me entendimento para que aprenda, e saiba como como vos hei-de amar, e servir occupando-me todo em cumprir vossos mandamentos, pois tanto cuidado pusestes em me criar»⁵³.

O «desejo de Deus» ou a «saudade de Deus» é um tema que, como no texto dos salmos, atravessa, mais de uma vez, com diferentes formulações, o «livrinho» de Fr. Pedro Calvo. A lição final é sempre a de conseguir que Deus apresse ou urja o seu encontro ou união com a alma. Assim, quando chega a vez de parafrasear o v. 82 – *Defecerunt oculi mei in eloquium tuum, dicentes: Quando*

⁵¹ CALVO, Fr. Pedro – *Paraphrasis* [...]. Ed. cit., «Ao devoto lector», s.p.

⁵² CALVO, Fr. Pedro – *Paraphrasis* [...]. Ed. cit., p. 30v.

⁵³ CALVO, Fr. Pedro – *Paraphrasis* [...]. Ed. cit., p. 33r-34r.

consolaberis me? –, dando a essa espera um tom escatológico e apresentando esse encontro – para David a chegada do Messias, para Fr. Pedro e para o seu leitor a segunda vinda de Cristo – como a transformação última que, fazendo do Mundo um paraíso – ou restaurando-o? –, instaura, parece dever sugerir-se sem violência, o reino final de Cristo:

Desfalecerão também meus olhos esperando quando cumprirdes vossa palavra, e como a esperança que se dilata, e aflige a alma, vendo que tardáveis a meu desejo, posto que não ao merecimento, cansada não só a alma, mas a vista de esperar, com os olhos longos, elles que na matéria e saudades quando chorão fallão, vos diziam: quando, Senhor, me consolareis? Quando meus olhos verão o que tanto desejão? Quando virá aquelle ditoso dia, e hora da saúde no qual comprindo vossa palavra, e ouvindo nossos gemidos, alegrareis com vossa presença esta nossa terra, e tornareis este valle de lágrimas em prado de flores que com vossa vinda arrebentarão, tornando-se as ortigas em rosas, os espinhos em árvores cheirosas, e proveitosas, os peccados em virtudes, os pensamentos do mundo, em suspiros do Ceo⁵⁴.

Algumas vezes, a lição da *Paraphrasis* estabelece-se em função da actualização do texto psalmódico não em relação a grandes princípios e temas da vida espiritual, de que focámos alguns exemplos, mas, sim, em função de opções precisas do parafrazeador-leitor. É o caso, por exemplo, da paráfrase do v. 108 – *Voluntaria oris mei beneplacita fac Domine, et iudicia tua doce me* – em que os *voluntaria oris mei beneplacita* vêm aplicados às «obras de precepto» e, mais concretamente ainda, às de «conselho». Estas vêem-se logo identificadas com os votos religiosos que se prometeram guardar «e não só com a alma», pois «solememente prometi, e com minha boca jurei, e professei a guarda e observância dellas [obras] naquelle dia, que de mim vos fiz total entrega, e voluntário sacrificio»⁵⁵. Fr. Pedro Calvo alude aqui ao valor dos votos enquanto obras meritórias, uma matéria que, como demoradamente trata na *Defensam das lágrimas dos justos perseguidos* e *Defensam das sagradas religiões, fructo das lágrimas de Christo*, em que, naturalmente, visa a doutrina dos Reformados (Lutero e Calvino, muito especialmente), desvalorizadora dos votos de religião. E neste contexto parece que se hão-de perceber, mais que a paráfrase, os comentários ao v. 112 – *Inclinavi cor meum ad faciendas justificationes tuas in aeternum propter retributionem* – em que, depois de ponderar o verdadeiro amor a Deus – «não he mercenário, nem toma forças com a esperança do retorno, ama a Deos só por

⁵⁴ CALVO, Fr. Pedro – *Paraphrasis* [...]. Ed. cit., p. 37r-37r.

⁵⁵ CALVO, Fr. Pedro – *Paraphrasis* [...]. Ed. cit., p. 46v.

Deos» –, passa à consideração dos «grandes prémios» prometidos por Deus «nesta vida e na outra» para que fosse amado «não só como causa final, e principal de nosso amor, mas também como causa motiva, e menos principal inclinássemos o coração a vosso serviço». E ainda que este «serviço» – «a respeito de quem sois, huns nadas» – estivesse «dante mão bem galardoado com o benefício da criação em que nos destes o ser e vida sem preceder merecimento algum nosso, e com o benefício da conservação...», ainda assim, «além de tudo isso prometestes-nos tantos e tão grandes prémios por nossos serviços, pagando-nos como amigos, ao que já estávamos obrigados como servos...». E, no rasto do salmista, precisa, visando o contexto histórico post-Reforma do debate em torno do mérito da Fé e das obras e da liberdade do cristão: «eu, voluntariamente com gosto e suavidade enclinei o meu coração ao serviço de vossas justificações para sempre. Digo que o inclinei, não gloriando-me em minhas forças, mas declarando minha liberdade, porque esta obra de inclinar o coração a vos amar he tanto sobre as da natureza por a culpa enfraquecida, que mal o podera eu inclinar a isso se vós com vosso auxílio, e graça primeiro misericordiosamente me não excitareis, movereis, inclinareis...». Percebemos que quem polemizou, ainda que por interposta obra, com Lutero e Calvino, sintia necessidade de sublinhar que «inclinou» o seu coração ao amor de Deus, como tinha pedido no começo, «porque esta obra depende de vosso divino auxílio, e de minha liberdade em vos pedir o inclineis, confesso o pouco que posso sem vós, principio, e autor de todo o meu bem...»⁵⁶. E a *Paraphrasis* termina, remetendo, a propósito do v. 176, o derradeiro, – *Erravi sicut ovis quae periiit: quaere servum tuum, quia mandata tua non sum oblitus* – quer para a parábola da ovelha perdida quer para a do Filho pródigo, que ambos significam o pecador arrependido e perdoado, mas que reconhece que, por sua culpa, perdeu a Deus e, por isso, passará «a vida a essa conta na amargura da [sua] alma», confiando, contudo, na sua *renovatio*, cuja última palavra é de Deus:

Dai-me achar-vos de maneira que vos não torne outra vez a perder, criei em mim hum limpo coração que neste embebeo-se tanto a culpa que ei medo que minhas obras sempre cheirem à vazilha, mas se vós me derdes, e innovardes em minhas entranhas o vosso espírito recto que nem para hũa nem outra parte do mundo se inclina, mas sempre direito leva, e faz subir as almas para vós suspirando vossa presença, poderei servir-vos sem resaibo da culpa antiga...⁵⁷.

E, assim, Fr. Pedro Calvo retorna ao núcleo forte da sua lição inicial: o

⁵⁶ CALVO, Fr. Pedro – *Paraphrasis* [...]. Ed. cit., p. 48r-49v.

⁵⁷ CALVO, Fr. Pedro – *Paraphrasis* [...]. Ed. cit., p. 76r-77v.

desejo de Deus, já que este, atravessando todo o salmo e, logo a sua paráfrase, é tanto o desejo de Deus por atrair a alma a si, como o da alma em elevar-se até à sua presença. E, assim, um modo de andar sempre na sua presença experimentado pelo afecto e modelado em jaculatórias, aspirações, suspiros... de que o pequenino texto – em número de páginas e em formato – era portador.

O segundo exemplo que nos propusemos analisar, a *Declaração do Padre Nosso com suas meditações*, de Martim Afonso de Miranda, dir-se-ia exactamente contemporâneo da obra de Fr. Pedro Calvo, pois, como dissemos, esta, se bem que publicada postumamente, encontrava-se acabada em 1624, ano da publicação do «livrinho» do alferes Miranda que, como «mínimo», mas agradecido «criado» seu, o dedicou a D. Teodósio II, duque de Bragança⁵⁸, a quem, aliás, já dedicara, em 1622 (Lisboa: P. Craesbeeck), a primeira parte de *Tempo de agora*, reincidindo com a dedicatória da segunda parte da mesma obra publicada pelo mesmo impressor nesse mesmo ano de 1624. Mas a contemporaneidade da *Paraphrasis* e da *Declaração* é puramente aparente, pois a *Declaração do Padre Nosso* tinha sido escrita, segundo declara, na «Epístola proemial», o seu autor ao «amigo, e curioso leytor», há «mais de dez annos» – antes de 1614, certamente. Só veio a ser publicado depois de outras obras suas, porque, além do seu «fraco cabedal, assi em letras, e virtudes», o autor, consciente do «muito que sobre esta matéria se tem escrito por tam concertado, quanto político estilo», só então, consultadas, «algũas pessoas devotas [lhe] poserão em consciẽcia [...] desse ao prelo» esse livrinho extremamente raro, já que não logramos localizar mais que o exemplar que consultamos numa biblioteca particular⁵⁹... Não era, porém, a primeira vez que o autor, moralista – *Tempo de agora* – e panegirista histórico – *Discursos históricos de la vida, y muerte de D. Antonio de Zuñiga, Comendador de Ribera, del Consejo de Guerra de Su Magestad y su Capitan General de Reino de Portugal*, Lisboa, A. Alvarez, 1618 – à *ses heures*, se embrenhava pelas sendas de literatura de espiritualidade. Em 1620, Pedro Craesbeeck publicara-lhe já os *Triumphos da salutifera cruz de Christo*, obra erudita semeada de notícias históricas – sobre os «trabalhos» dos «nossos portugueses» «por levar a santa

⁵⁸ MACHADO, Diogo Barbosa – *Bibliotheca lusitana*. Lisboa: Offic. de Ignacio Rodrigues, 1752, tomo III (aliás, Coimbra: Atlântida Editora, 1966), p.434, em que sobre a sua biografia se lê pouco mais do que se colige das portadas e dedicatórias das suas obras; na dedicatória, Martim A. de Miranda diz ter experimentado a «liberalidade» do duque «por meyo de quotidianas mercês e alternadas honras», mas, a julgar pelo inventário das *Mercês de D. Teodósio II, duque de Bragança* (Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1967) tal afirmação deverá inscrever-se numa «retórica de súplica», pois o seu nome não consta entre os das centenas de agraciados pela magnificência ducal.

⁵⁹ AROUCA, João F. Gusmão C. – *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVII – Letras M* – R. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2005, p. 170, não localizou qualquer exemplar, limitando-se a remeter para Barbosa Machado. O exemplar consultado, como testemunha o seu *ex-libris*, pertenceu à biblioteca de José Maria Nepomuceno em cujo catálogo figura com o nº 1129 (Cf., TRINDADE, Luiz – *Catalogo da livraria do falecido distincto bibliographo e bibliophilo José Maria Nepomuceno*. Ed. cit., p. 160).

Cruz a terras remotas»... «alguns aparecimentos de cruze», por exemplo –, de meditações – «Meditação sobre o Senhor açoutado»... «Meditação sobre Christo... levar a cruz às costas»... «Meditação como crucificarão a Christo nú de todo», por exemplo também –, de páginas de polémica apologética – «Quanta razão tem os christãos de ornar os templos, e ter de continuo lumes nelles, e da morte de Martim Lutero» –, etc.. O que, porém, desde a nossa perspectiva, mais importa destacar, é ter M. Afonso de Miranda sabido utilizar o divulgadíssimo *Specchio della croce* de Domenico Cavalca⁶⁰, remeter-nos, na arqueologia da sua «primeira parte», para o *De cruce* (Antuerpia: Ex Off. Plantiana, 1593) de Justo Lípsio⁶¹, e, com referências a partes e capítulos, citar passagens dos «modernos» *Triumphos da Cruz* de Fr. Pedro de Medina⁶², entendamos a *Victoria gloriosa y excelencias de la esclarecida cruz de Jesu Christo* (Granada: F. Diaz de Montoya, 1604) desse mercedário.

Ignoramos que autores e obras incluía M. A. de Miranda nesse «muito que sobre esta matéria – o comentário do *Pai Nosso* – se tem escrito por tam concertado, quanto político estilo», pois não dá qualquer exemplo, e algumas e raras e breves citações que faz, remetem-nos para o texto evangélico – naturalmente, S. Mateus e S. Lucas –, S. Paulo, S. Cipriano e Santo Tomás de Aquino. Dos antigos Padres – Orígenes... Tertuliano..., Gregório de Nissa..., S. Cipriano..., Santo Agostinho... etc.⁶³ – quais e o que conheceria? Conheceria directamente o texto, tão importante, de S. Cipriano – *Sermo de oratione Dominica, cui est Pater noster* –, autor que cita? Terá lido efectivamente o comentário de Santo Tomás à oração dominical? Porque não citará o divulgadíssimo comentário de Egidio Romano? Claro que conhecemos as razões por que não refere J. Savonarola..., Erasmo..., Martim Lutero..., Calvino..., M. Bucer..., autores que, mais que uma vez e com bem significativos matizes, tinham comentado o *Pater noster*⁶⁴... Terá lido os comentários de Fr. Bartolomeu dos Mártires à oração dominical, tão acessível nas inúmeras edições do *Catecismo ou Doctrina christãa e practicas espirituales* (Braga, 1564)? E o que Francisco Sousa Tavares traz no seu *Livro de doctrina spiritual* (Lisboa: João Barreira) que, curiosamente, data do mesmo ano do de D. Fr. Bartolomeu? E à hora de anotar coincidências, porque não

⁶⁰ MIRANDA, Martim Afonso de – *Triumphos da salutifera cruz de Christo*. Lisboa: Pedro Craesbeeck, 1620, p. 52, 84, por exemplo.

⁶¹ MIRANDA, Martim Afonso de – *Triumphos da salutifera cruz de Christo*. Ed. cit., p.13v.

⁶² MIRANDA, Martim Afonso de – *Triumphos da salutifera cruz de Christo*. Ed. cit., p. 13r, 56r, 73r, 75v.

⁶³ PEINADO PEINADO, Miguel – *La predicación del Evangelio en los Padres de la iglesia. Antología de textos patristicos*. Madrid: BAC, 1992, oferece uma interessante perspectiva sobre alguns desses comentários. Cf., especialmente, p. 200 – 219.

⁶⁴ CARMIGNAC, Jean – *Recherches sur le «Notre Père»*. Paris: Editions Letouzey et Ané, 1969; RORDORF, W. – *Le "pain quotidien" (Matth. 6, 11) dans l'histoire de l'exégèse*. «DIDASKALIA». Vol. VI, 2 (1976), p. 221-236.

perguntar se Martim A. de Miranda não terá lido e sido estimulado a publicar o seu velho comentário de 1614 ao ver o que Fr. António Freire, OSA., publicava em 1624, em *Thesouro espiritual com seu comento theologico e duas practica espirituas e hũa breve Exposição do Pater noster* (Lisboa: Antonio Alvarez⁶⁵) ..., exposição essa baseada na que fora «ensinada por hum anjo à Bem aventurada Archangela Panigarola», e cimentada em grandes «doutores» da sua ordem – Santo Agostinho..., Egídio Romano..., Simão de Cassia... A questão parecerá menos impertinente se sabemos que as licenças deste precioso livrinho – só um pouco maior dos que referimos acima –, datam de 24 de Abril / 11 de Setembro 1624 e as do de Martim A. de Miranda de 25 de Setembro / 15 de Outubro do mesmo ano... O que importará destacar é que esse «criado de El-Rey» passado a autor devoto conhecia a tradição bibliográfica do comentário ao *Pater noster* e que tanto quanto lhe interessou a teve em conta.

Tal como procedemos para a *Paraphrasis* de Fr. Pedro Calvo, limitar-nos-emos a perscrutar os propósitos do autor expostos na longa – relativamente, claro – «Epístola proemial», a estrutura expositiva que, para tal, pôs ao serviço do leitor, demorando-nos depois, a título de exemplo, na análise da petição «O pão nosso de cada dia», tendo sempre presente que a sua *Exposiçam* da oração ensinada por Cristo «não he mais que petições, e documentos para sabermos pedir». Talvez o duque de Bragança entendesse...

Para Martim A. de Miranda, contudo, resulta que o «cristão», consciente quer de que Deus «com sua grandeza nos atrahe a sua grande estimação, e louvor, com sua bondade nos convida a seu amor, e com os bens que a cada momento nos dá, afeyçoa nossos ânimos a hũa perpetua gratidão», quer, dada sua «fraqueza, as ordinárias necessidades, e os trabalhos que neste miserável século [o] apertão», se sente obrigado «a que a este Senhor busquemos, peçamos, importunemos...». O cristão, mais que um pobre, tem de ser, *opportune et inopportune*, um pedinte, perspectiva em que perfila, de longe, a espiritualidade que há-de ser o timbre de S. Bento José Labre. E, desde estas perspectivas, desse buscar, pedir, importunar – Miranda aprecia o ritmo ternário de um discurso – «nasce hũa affeyção que nos obriga a lhe darmos perpétuas graças, do que é origem a oração». E já que o «Pai nosso» cai dentro do que os «doutores» – quais? S. João Damasceno e Santo Agostinho são citados apenas para definir o que é oração – entendem por oração vocal, M. A. Miranda, «porque a sua obra trata da soberania, e alteza do Padre nosso (oração vocal)», julga-se dispensado de «dizer algũa cousa da [oração] mental, por não [se] encontrar com os muitos livros que della elegante,

⁶⁵ A *Angelica Exposiçam do Pater noster, de divinas considerações brevemente apontadas em que encerra a perfeição de toda a vida christam, ensinda por hum anjo à Benaventurada Archangela Panigarola, freyra professa de Santo Agostinho, como está no Livro das Beatas da mesma Ordem. E commentada pello próprio author deste Livro*, fecha o volume, ocupando as páginas 97r- 115v.

e doctamente se tem escrito». De qualquer modo, «no exercício da oração» – temos que entender, no presente contexto, a vocal – «são necessárias grandes preparações», o que o leva a escrever uns brevíssimos, mas precisos, conselhos sobre a «arte de orar» de modo a que «tenhamos hũa certeza firmíssima de alcançar o cumpra-se as nossas petições». Por um lado uma atitude espiritual – pedir com humildade...», «ter hum grande reconhecimento dos peccados, e dor de os ter cometido, fazendo delles hũa destestação com propósito firme de não mais tornar a cometellos...»; por outro, a indicação de circunstâncias concretas propícias à oração, sem as quais esta não alcança a sua eficácia: «ter os animos com hũa vontade desembaraçada, mandando naquelle interim aos cuidados que cessem» e isto «porque o lugar onde Deos assiste he em a quietação, e sossego, não em as perturbações, e movimentos». Conselhos esquematicamente simples, tradicionais mesmo, em que ecoam tradições interioristas da *Imitatio Christi* afinadas e difundidas por esse movimento alagante que hoje, na sequência dum seu reconhecido teorizador, Fr. Francisco de Osuna, gostamos de redefinir por «Recogimiento»⁶⁶. Compreende-se bem que Martim A. de Miranda se demore a chamar a atenção não só para «a vantagem que esta [*Pater noster*] faz a todas as mais orações», mas também «que ella he melhor e mais prestante». Efectivamente, o Abulense, citado por evidente amor às autoridades, «prova que o *Pater noster* foy feyto por Christo, Senhor nosso e as mais orações pelos homens» e, à parte esta origem escriturística, é «também mais excelente porque he breve, não infructuosa, he agradável e não enfadonha...». Mas o elogio do *Pater noster* não se fica por estas vertentes estéticas..., pois Miranda, aproximando-se de margens que, noutros contextos, nos poderiam parecer não muito firmes, continua: «he assi devota, como segura, he mais ordinária pela continuação, he remédio contra os males, e principalmente contra o peccado [...] he antidoto para todas as enfermidades...». Tudo razões para «ser de nós mais frequentada, que nenhuma outra» ..., o que não quer dizer que «se esqueção as que a Igreja instituiho, e que os santos fizerão»... De qualquer modo, relembra, em tons em que, desde uma perspectiva ortodoxamente católica, nos podem ecoar polémicas teológicas ainda dos seus dias, que há que orar sem alegar «por nossa parte algum merecimento, porque nunca estes poderão ter valia, nem nossas obras potência para algum pequeno merecimento, se não forem acompanhadas do valor immenso de Jesu Christo, nosso Redemptor...». E mesmo que o autor não se considerasse santo, nem por isso deixou de propor uma oração sua – ou,

⁶⁶ Para além da vasta obra de Melquíades Andrés Martín acima referida, o mesmo autor in *Los místicos de la Edad de Oro en España y América. Antología*. Madrid: BAC, 1996, p. 233-235, recolhe umas páginas em que o franciscano Fr. Diego Murillo, na *Escala espiritual para la perfección evangélica* (Zaragoza, 1598), sintetiza, em formulações de escola próximas das de M. A. de Miranda, as etapas «para alcanzar el perfecto recogimiento».

hoje por hoje, assim nos parece – encaminhada a este preciso contexto: «Senhor, eu vos offereço estas indignas orações, e todo me ponho em vossas mãos. Day-me vós, Senhor, o que mais convenha a minha salvação, porque melhor sabeis vós, meu Deos, o que me haveis de dar, do que eu o que vos hey de pedir...». E sem esquecer os santos, o autor da *Declaração* propõe, coerentemente, que o cristão também tome «por advogado a Iesu Christo, Senhor nosso, para com seu eterno Pay, e tendo o Espírito Santo que, com gemidos que se não podem contar, pede por nós...». Por caminhos longos Martim A. de Miranda percebeu não só o cristocentrismo da oração que se propôs comentar, mas também, como insistia um certo anti-misticismo que a meados do século XVI tinha coagulado, nos *Indices* inquisitoriais, o de qualquer exercício de oração.

Chamando a atenção do leitor para as duas partes do «Pater noster» – «Proémio» ou «Exórdio» e as «Petições» –, Martim A. de Miranda vai ordenada e sequencialmente comentando ora uma palavra – *Pay...*, *nosso* – ou uma partícula – *Que estais nos ceos ...* – do «Exórdio», ora uma petição – *Santificado seja o vosso nome...*, *Venha a nós o vosso Reyno...*, etc. –, propondo, consciente da gradualização da oração «declarada»⁶⁷, depois de cada comentário – funcionando este como «Lição» – uma «Meditação». Se a lição, para além das naturais e breves referências a questões exegéticas, é, muitas vezes, o lugar para algum sucinto *excursus* de teologia moral, a meditação apresenta-se, em geral, como um texto de aplicação prática que o autor pode aproveitar para esclarecer alguma dúvida ou precisar o sentido de alguma explicação exegética. Uma estrutura que se mantém ao longo da pequenina obra cujas fontes – entendamos, os autores que, mais ou menos directamente lidos e aproveitados, deixaram marcas (citações, alusões, reminiscências...) na sua elaboração –, como já aludimos, são, dada a brevidade e a «tenuicidade» das suas marcas, difíceis de precisar. Chamaremos apenas a atenção para algumas passagens em que é possível sugerir a utilização do *Sermo de oratione Dominica, cui est Pater noster* – ou, mais abreviadamente, *De oratione dominica* ou mesmo simplesmente *Pater noster* – de S. Cipriano, autor que, como dissemos, é expressamente citado por Martim A. de Miranda.

Quando propõe que consideremos em «quem seria, Senhor, tão confiado, que conhecendo sua miséria, e a baixaza de sua natureza [...] vos ouzaria chamar Pay, se vós, meu Senhor, primeiro o não tivésseis mandado. [...] Como vos poderíamos chamar Pay que não fossemos tydos por tam atrevidos, como temerários, se Christo filho Vosso e nosso Salvador nos não der confiança para vos chamarmos Pay permitindo que aquella sobrenatural dignidade, que só elle

⁶⁷ MIRANDA, Martim Afonso de – *Declaração do Padre nosso com suas meditações*. Ed. cit., p. 81r-81v, a propósito da última petição (*Mas livray-nos de mal*) adverte: «Note-se também, que as passadas petições são como uns degrãos e para chegarmos a este ultimo, importa começar pelo primeiro, e logo pelo segundo, e assi consequentemente pelos mais, até chegar a esta última petição...».

possue por sua natureza, com seu favor se nos communicasse per adopção...»⁶⁸, Miranda, parece-nos, parafraseia, amplificando-o, o que propõe S. Cipriano: «Quanta autem Domini indulgentia, quanta circa nos dignationis eius et bomitatis ubertas, sic nos voluerit orationem celebrare in conspectu Dei ut Deum Patrem vocemus [...] quod nomen nemo nostrum in oratione auderet attingere, nisi ipse nobis sic permisset orare...»⁶⁹.

O mesmo, ainda que com alguma concessão à linguagem do tempo, se poderá dizer da lição a propósito da palavra «Nosso» – «E de tal maneira instituyoo nosso Redemptor esta oração do Padre nosso que nenhum fiel podesse orar por sy, senão por todos. [...] Pay nosso, e não meu, perdoay-nos, e não perdoay-me, livray-nos, e não livray-me. Disse também Pay nosso, e não meu, para mostrar do modo que todos os christãos temos a mesma nobreza, assi da parte do Pay, que he a todos os fieis commum, como da parte da herança da bem aventurança...»⁷⁰ – em que ecoam razões idênticas por parte do bispo de Cartago: «Ante omnia pacis doctor atque unitatis magister singillatim noluit et privatim precem fieri, ut quis cum precatur pro se tantum precetur. Non dicimus *Pater meus qui est in coelis, nec panem meum da mihi hodie*; nec dimitti sibi tantum unusquisque debitum postulat aut ut in temptationem non inducatur, atque a malo liberetur pro se solo rogat. Publica est nobis et communis oratio, et quando oramus, non pro uno, sed pro toto populo oramus, quia totus populus unum sumus...»⁷¹.

E, curiosamente, a única vez que expressamente cita o autor de *De oratione dominica* dir-se-ia fazê-lo de uma maneira difusa, mas, se bem repararmos até a citação evangélica (Mt 25, 34), deverá ser sugestão do bispo de Cartago: «E que por esta voz, Reyno, se entenda a bem aventurança ou a glória, consta das palavras que Christo nosso Redemptor há-de dizer no juízo final (como refere S. Mattheos): Vinde benditos de meu Pay, possuir o Reyno, isto é, a bem aventurança que vos está aparelhada do principio do mundo [...] e como o Reyno dos Ceos, he o nosso bem principal, e mais importante, pelo tanto nesta oração o pedimos a Deos, dizendo: Venha a nós o vosso Reyno. Assi o declara Sam Cipriano...»⁷². Efectivamente, S. Cipriano comentando a segunda petição do *Pater noster* declarava: «Regnum etiam Dei repraesentari nobis petimus, sicuti et nomen eius ut in nobis santificetur postulamus. [...] Nostrum regnum petimus advenire a Deo nobis repromissum, Christi sanguine

⁶⁸ MIRANDA, Martim Afonso de – *Declaração do Padre nosso com suas meditações*. Ed. cit., p. 5v, 6r-6v.

⁶⁹ CIPRIANO, Santo – *Obras*. Edición bilingüe. *Tratados y cartas*. Introducción, versión y notas por CAMPOS, Julio. Madrid: BAC, 1964, p. 207 (*De oratione Dominica*, 11).

⁷⁰ MIRANDA, Martim Afonso de – *Declaração do Padre nosso com suas meditações*. Ed. cit., p. 9v.

⁷¹ CIPRIANO, Santo – *Obras*. Edición bilingüe. *Tratados y cartas*. Ed. cit., p. 204 (*De oratione Dominica*, 8).

⁷² MIRANDA, Martim Afonso de – *Declaração do Padre nosso com suas meditações*. Ed. cit., p. 24v -25v.

et passione quaesitum; ut, qui in saeculo ante servivimus, postmodum Christo dominante regnemus, sicut ipse pollicetur et dicit: *Venite, benedicti Patris mei, percipite regnum quod vobis paratum est ab origine mundi...*»⁷³.

São as coincidências, se não houve desatenção nossa, mais evidentes, entre o texto do *De oratione dominica* do mártir cartaginense e a *Declaração* de M. A. de Miranda, que, apesar de alguma aparente labilidade do aproveitamento, devem permitir ser tomadas em linha de conta à hora de, algum dia, abordar, calibrando-as, as leituras desse homem de armas «criado de El Rey» que, como muitos dos seus contemporâneos em ofício e benefício, escrevia textos devotos e diálogos morais.

A análise da quarta petição do *Pater noster* – «O pão nosso de cada dia nos daynolo hoje» – que Martim A. de Miranda aborda, como uma larga tradição exegética, em três lições e meditações: «O pão nosso de cada dia», «Daynolo» e «Hoje»⁷⁴ – pode ajudar-nos a ver como se situou, mesmo que de uma maneira vaga – algo dela passa pelo *Catecismo* tridentino várias vezes citado –, face a essa mesma tradição, sem, contudo, naturalmente, até porque lhe faltaria preparação para isso, se deter em disputadas questões exegéticas que envolviam – e envolvem – sérios problemas filológicos⁷⁵. Mas, apesar de tudo, com a sua *Declaração do Padre nosso* ofereceu, em apertada síntese, uma lição espiritual que soube situar entre a informação e a devoção.

«Declaremos» então, por nossa vez, a *declaração* dessa quarta petição. Chamando a atenção para os muitos sentidos que as Escrituras dão a «pão»⁷⁶, o autor começa por anotar que, em sentido lato, este significa «as cousas necessárias para a vida», pois, em consequência do pecado original, «nos veyo a falta do ordinário mantimento, porque se Adam permanecera no estado em que foy creado, a terra sem se cultivar nos ministrara, produzira e dera o necessário para a vida; e sem trabalho, nem suor da nossa parte, o gerara, e creara para nós, sem os excessivos e sem conto descontos, e cansacios que hoje os lavradores paixão, experimentão, e coão...». Quando a terra, malgrado os esforços de quem a cultiva, «ou pela muita agoa, quentura, secura, ou humidade», não produz o necessário, «nós, com muito juyzo, recorremos a Deos, e lhe pedimos o pão de

⁷³ CIPRIANO, Santo – *Obras*. Edición bilingüe. *Tratados y cartas*. Ed. cit., p. 209 (*De oratione Dominica*, 13).

⁷⁴ MIRANDA, Martim Afonso de – *Declaração do Padre nosso com suas meditações*. Ed. cit., p. 39v- 57v; para não multiplicar desnecessariamente as notas, só precisaremos a paginação em caso de interrupção da exposição de M. A. de Miranda.

⁷⁵ O nosso guia fundamental para todas as questões sobre a tradição exegética em torno do *Pater noster* foi a já citada obra de CARMIGNAC, Jean – *Recherches sur le «Notre Père»*. Ed. cit.

⁷⁶ MATVEJEVIC, Predrag – *Nuestro pan de cada día*. Traducción de GARRIDO, Luisa F.; PISTELEK, Tihomir. Barcelona: Acantilado, 2013, aborda os múltiplos sentidos de «pão» e suas manifestações culturais ao longo da História, sendo para o nosso ponto de vista muito interessantes as p. 17, 77, 84, 87-89, 103-104.

cada dia...». Entendamos, contudo, que os *necessaria vitae* incluem, além do pão, numa tradição agostiniana que o cardeal Seripando († 1563) desenvolveu com precisão, entre 1556 e 1560⁷⁷, «o vestido, e mais desta qualidade», embora, na «Epístola proemial», Martim A. de Miranda aceite que se poderão incluir, como em qualquer oração, «cousas decentes», como a sabedoria..., a saúde «e outras». Tudo, porém, pedido «por amor de hum bom, e honesto fim e para o uso necessário de nossa vida...». Como na peugada de Santo Agostinho, que trilha o cardeal de Salerno⁷⁸, *necessaria vitae* não são «superfluidades, demasias, delicias, e gostos para desprezar os outros, e os trazer debaixo dos pés», nem «manjares exquisitos, e grande copia de custosas yguarias», nem ainda o pão «esquisito, e delicado, o qual buscão os homens mais por satisfazer à gula, que à necessidade...», mas antes, «conforme o parecer dos Padres», simples e estrictamente «aquillo que he necessário para a sustentação dos nossos corpos, ou seja comida, ou bebida, vestidos, e casas». É fácil concluir que o autor da *Declaração* compreendeu os *necessaria vitae* sob as leis do espírito de Pobreza, pois «a divina intenção» não só propõe «o necessário», isto é «não demasias» para passar a vida, mas também limita esse «necessário» ao exigido «pela quotidiana necessidade», entendamos, «o comer quotidiano para a restauração do defeito de cada dia de nossa natureza». Tudo «isto mostra claramente o lume da candea, ao qual (para que não se apague) lhe aplicamos o azeite»...

Se tivermos presente que o «pão» há que pedi-lo «por amor de hum bom e honesto fim», compreendemos que «chama-se pão nosso para que saibamos adquirir o que he nosso, e não o alheo, porque o pão grangeado per furtos, ou enganos, não he nosso, antes alheo, e pão de maldade...». Aliás, como explicará a propósito de «Dai-no-lo», o pão dado por Deus – bens materiais, vestido, casa, etc. – «não [é] só para nós em particular, antes para todos em geral, à imitação de Christo nosso Senhor, que nunca pediu para sy, que não procurasse para nós todos...», o que vem a ser «documento para os ricos entenderem quanta mais obrigação lhes occorre para dessas riquezas, e bens temporaes que possuem fazerem participantes aos pobres, pois esses têm nesses mesmos bens a sua parte, e Deos lhos deo para esse effeyto...». E aqui, em reforço da sua

⁷⁷ ABBONDANZA BLASI, Rocchina Maria – *Tra evangelismo e riforma cattolica. Le prediche sul Pater noster di Girolamo Seripando*. Introduzione di DE ROSA, Gabriele. Roma: Carocci, 1999, p. 248-249 («Predica quarta decima»): «Si truova questa parola pane nelle lettere sante per tutte quelle cose che sono necessarie a nutrirci et mantenerci vivi in questa vita presente [...] Tien bem a mente in quanto poco ridusse il savio il numero di bisogni della vita umana quando disse: ch'el principio della vita dell'huomo fui l pane, acqua, vestimento et casa che cuopra le nostre bruttezze». (Citaremos sempre por SERIPANDO, Girolamo – *Le prediche sul Pater noster...*).

⁷⁸ SERIPANDO, Girolamo – *Le prediche sul Pater noster...* («Predica quarta decima»), p. 248: «Per il pane intese ogni cibo semplice, non tante delicature, non tante misture, quali sono appetiti di gola, non solo non sono necessarie, ma molto contrarie alla vita».

interpretação de «pão» como bens materiais, aborda o autor da *Declaração* a questão da legitimidade de pedir a Deus tais materialidades. Uma velha questão que passando por S. Cirilo de Alexandria e S. João Crisóstomo une Orígenes a M. Bucer ⁷⁹ e a Martim A. de Miranda... Este, acentuando aqui o pendor material de «pão», defende «ser falcíssimo, antes herético dizer, que não nos he licito pedir a Deos os socorros da terra para a necessária sustentação da vida humana, contra a qual opinião (de comum consentimento) vão todos os Padres dizendo, que Christo nosso bem o ensinou...». Nem preciso seria dizer que Miranda exagera ao dizer que «todos os Padres» seguem a interpretação que expressa..., pois é bem conhecida a lista dos Padres e escritores espirituais das Antiguidades grega e latina que propunham um valor puramente espiritual ao «pão»⁸⁰... Recordemos-lhe apenas S. Jerónimo... Miranda, a este argumento de autoridade, junta um outro eclesiástico e litúrgico: «o costume da Igreja, que para fazer esta petição uza de varias orações, e solenes procissões, entoando nas ladaynhas: pedimos a vós, Senhor, que as terras acudão com seus frutos, e os conservem...».

Martim A. de Miranda, se insiste na importância de considerar este sentido de «pão» pelo lado dos *necessaria vitae* e «não o que as nossas vaidades, e larguezas inventão, e querem», sabe, porém, que não é apenas este «pão» o que se deve pedir com a oração do *Pater noster*. Efectivamente, «além desta primeira significação se toma algũas vezes esta voz Pão, por aquellas cousas que competem a nossa vida de espírito, e alma, que he a palavra de Deos, a graça, e outras...». Este segundo «pão» aludido na «lição» vem depois, com mais detenção, precisado na «meditação» como o «pão para nossas almas, sem o qual muito menos viverão que os corpos» e que é «a divina doutrina de vosso Filho Iesu, e a sacrossanta comunhão de sua carne e sangue, a qual não só alumia nossos entendimentos, mas dá saude às enfermidades de nossas almas». Este «Pão de almas», mais necessário que o alimento corporal, pois se faltando este «pão material» morremos, com a falta do outro, «mais principal», «perecerá a alma, cujo damno, e perda não tem comparação com a do corpo». Por isso, o autor da *Declaração*, resumindo, pede a Deus os dois «pães»: «Senhor, abri as riquezas de vossos Ceos, e os thesouros de vossas misericordias, e day mantimento a estes famintos corpos, e a vossas saudosas almas para que no caminho desta peregrinação e passagem deste desterro não cansem, desmayem, e pereção, antes recreados, e esforçados com este pão de fortes chegemos aquella pátria, na qual jamais haverá fome, nem sede, antes fartura, e gloria».

⁷⁹ CARMIGNAC, Jean – *Recherches sur le «Notre Père»*. Ed. cit., p. 157; RORDORF, W. – *Le "pain quotidien" (Math. 6, 11) dans l'histoire de l'exégèse*. «DIDASKALIA». Vol. VI, 2 (1976), p. 232

⁸⁰ CARMIGNAC, Jean – *Recherches sur le «Notre Père»*. Ed. cit., p. 144 -156.

Creemos que M. A. de Miranda, ainda que com alguma ambiguidade, apenas considera «dous pães» – um material, «alimento da vida corporal, enquanto andamos neste desterro»; outro espiritual, «para que nesta vida mitiguem as saudades da eterna, na qual rosto a rosto gozaremos vossa divina presença em companhia dos Anjos, e Santos». Este segundo «pão», «mais principal», há que pedi-lo «cada dia», para que, pois «cada dia enfraquece nossa natureza» pelo pecado – «abatendo os pensamentos a cousas mundanas, fazendo mais caso dellas do que convém, ou amando-as demasiadamente, ou deleitando-se na posse dellas, como se nunca houvessem de acabar» –, «amanheça, e torne a nascer em nós o sol da vossa graça, e dia de nossa justificação, para que nelle [Deus nos dê] a refeição, e felatio quotidiano, que he a doutrina santíssima que [seu] Filho Iesu Christo nos ensinou». Assimilando Doutrina – palavra de Deus que ensina e palavra de Deus que «nos tira da noyte do peccado» – e Eucaristia num só «pão», Martim A. de Miranda nesta sua *Declaração* apenas, portanto, considera, como uma longa tradição exegética, o sentido material e o sentido espiritual de «pão» – «dous pães» –, afastando-se da não menos longa tradição agostiniana que considerava três «pães» a pedir cada dia – um para o corpo e dois para a alma, a palavra de Deus e a Eucaristia⁸¹ –, tradição que o cardeal Seripando desenvolveu considerando sete pães que consagrou numa fórmula catequética que fazia repetir às crianças que assistiam aos seus sermões – «Ricordatevi fanciulli quai son? Diteli un poço meco: verbum Dei, Christus incarnatus, sacramentum altaris, panis doloris, necessaria vitae, unitas ecclesiae, spes beatitudine»⁸².

Embora não entre em tal matéria, sempre polémica, o autor da *Declaração* é, contudo, consciente de que o pedir o «pão» espiritual quotidiano sob a forma eucarística sem ser como a chamada «comunhão espiritual» – uma prática devota em plena difusão nos seus dias –, contrariava as medidas prudenciais que restringiam o acesso à comunhão frequente e, por maior força de razão, à quotidiana. Compreende-se, assim, que encerre a sua «lição» sobre «Hoje», pedindo a Deus que «permita sua divina piedade, viva sempre em nós este uso, e costume de ouvir sua divina palavra, e a guardar em nossos corações, com a qual limpas nossas moradas, e despejadas nossas consciencias mereçamos receber nellas este pão divino, e sobrenatural, para assi vivermos sempre em graça nesta vida, e na outra em gloria». Deste modo, com um leve toque de linguagem litúrgica e sacramental permite-se conciliar o «pão» espiritual – «a divina doutrina» [de Jesus Cristo] e sacrosanta comunhão de sua carne e sangue» – com o «pão de cada dia...». Não muito original? Diante da longa tradição

⁸¹ CARMIGNAC, Jean – *Recherches sur le «Notre Père»*. Ed. cit., p. 162.

⁸² SERIPANDO, Girolamo – *Le prediche sul Pater noster* [...]. Ed. cit., («Predica quarta decima»), p. 257.

comentarista – patrística e medieval – que a reforma católica prolonga, é esta uma pergunta ociosa.

Esperemos que a análise, muito sumária, a que procedemos das duas obras – dois «livrinhos» quer pelo seu formato, quer pela brevidade das suas lições – devidas a dois autores pertencentes a diferentes estados – um religioso e um leigo –, irmanados, porém, no seu amor ao texto bíblico – um salmo e uma oração –, nos tenha permitido aproximar dessa literatura portátil que, como nos mostrava o exemplo do seu uso por D. Leão de Noronha, era autenticamente «literatura de bolso» – porque não também de escapulário?⁸³ – sempre pronta a ser companheira de lição e meditação, e, muitas vezes, como no caso preciso das duas obras aqui examinadas, a fornecer apropriadas fórmulas de oração vocal. Estaremos recordados de alguns exemplos que Martim A. de Miranda deixou na sua *Declaração* e de outros que, pequenas unidades da paráfrase do salmo 118 por Fr. Pedro Calvo, foram propostos, pelo seu editor, Fr. Filipe das Chagas, como jaculatórias. Aliás, com o rodar dos anos, uma considerável parte desta literatura espiritual facilmente portátil, porque em pequenos ou pequeníssimos formatos, e, logo, não menos facilmente perdível – daí que seja sempre de tão difícil encontro hoje –, parece ter passado a cobrir, principalmente, o campo da devoção – novenas, orações, milagres, exercícios devotos para diferentes ocasiões..., etc. – de que, acima, elencamos algum exemplo. Um «mundo» a reconhecer.

⁸³ A pergunta põe-se em razão de alguns dos exemplares de pequeníssimos formatos que conhecemos estarem ou terem estado acondicionados em escapulários de alguma ordem terceira, sem que tal implicasse qualquer directa relação entre o texto e o seu eventual suporte.

